

Obra parada gera processo

de Saúde

Sábado, 17/4/93 • 15

na Fundação Hospitalar

Sheyla Le...

A Fundação Hospitalar abriu processo administrativo contra a empresa de engenharia Proenge pelo abandono, desde janeiro, das obras dos centros de saúde do Paranoá e de Samambaia. As duas unidades, pelo contrato, deveriam estar prontas em 17 de março, mas até agora, segundo o chefe do Departamento de Engenharia da fundação, Marco Aurélio Demes, só o canteiro foi demarcado. "A FHDF não teve perda financeira, porque, como nada foi feito, não liberamos nenhuma fatura. O que que preocupa é o prejuízo da população local com o atraso nas obras", disse.

Em outubro de 1992, o centro de saúde de Samambaia estava orçado em Cr\$ 1,2 bilhão e do Paranoá em Cr\$ 1,8 bilhão, valores corrigidos ao longo dos meses pela lei federal pertinente. Em três meses, nenhum dos itens do cronograma físico-financeiro foi cumprido, apesar de os prédios serem de fácil execução: edifícios baixos e simples como os demais da rede oficial de saúde.

O processo, de acordo com o procurador-chefe do Departamento Jurídico da FHDF, Raimundo Bandeira Rocha, se encontra em fase de apresentação da defesa da Proenge. Ela tem 30 dias para se justificar, depois os argumentos serão analisados, e, se julgados, improcedentes, a fundação entrará na Justiça contra a firma. As penalidades administrativas previstas, informou o procurador, variam de multa à proibição da participação da empresa em outras licitações. Na Justiça, a FHDF poderá pedir indenização pela quebra do contrato.

Dinheiro — O proprietário da Proenge, Georges Emmanuel Kiametis, justifica que paralisou as

obras de construção dos dois centros de saúde "por não ter recebido as duas parcelas referentes às duas primeiras fases cumpridas do cronograma". O empresário disse que venceu a licitação em setembro, iniciou a edificação em 19 de outubro sem que fosse liberada a fatura inicial".

"Investi nas duas obras, até o final de outubro, Cr\$ 184 milhões e não recebi nem um centavo. Procurei o chefe do departamento de engenharia, Marco Aurélio Demes, que falou que não tinha dinheiro. Aí paralisei as obras, fotografei tudo para comprovar o trabalho e desmontei os canteiros", ressaltou, assinalando que no dia 10 de março o secretário de Saúde, Carlos Sant'Anna, deu entrevista à imprensa afirmando que não havia verbas.

Georges Kiametis assinalou, ainda, que o processo que a FHDF lhe move é baseado no Decreto nº 2.300 que afirma que "a empresa deve cumprir o contrato mesmo que o governo não pague". "Isso é um absurdo e recorrerei à Justiça se necessário para fazer valer meu direito de receber o que me devem", frisou.

■ A Secretaria de Saúde do Distrito Federal descartou ontem a possibilidade da dengue entrar em Brasília, em razão do surto epidêmico ocorrido nos últimos meses na cidade mineira de Uberlândia, a 400 quilômetros da Capital Federal, onde de janeiro a março, cerca de 3 mil pessoas deram entrada nos hospitais com a doença. Esses dados, aliados ao movimento de centenas de pessoas que passam pelas entradas de Brasília todas as semanas, provenientes de Uberlândia, deixaram alguns setores preocupados. O deputado distrital Geraldo Magela (PT) chegou a enviar uma carta ao secretário de Saúde, Carlos Sant'Anna, pedindo maior atenção e adoção de medidas preventivas.